

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais levantados em 30 de junho de 2015 e de 2014 e as demais Demonstrações Financeiras referentes aos semestres findos nessas datas.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014					
<i>(em milhares de Reais)</i>					
	2015	2014	2015	2014	
ATIVO					
Circulante	830.030	979.450	666.210	834.013	
Disponibilidades	177	338	666.210	834.013	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 4) 142.000	129.200	6.416	6.436	
Aplicações em depósitos interfinanceiros	142.000	129.200	(Nota 9) 11.999	9.334	
Títulos e valores mobiliários	(Nota 5) 37.169	33.439	(Nota 6) 634.509	800.924	
Carteira própria	10.043	3.703	(Nota 10) 13.286	17.319	
Vinculados à prestação de garantia	27.126	29.736			
Outros créditos	650.684	816.473			
Negociação e intermediação de valores	(Nota 6) 644.048	811.699			
Diversos	(Nota 7) 6.636	4.774			
Exigível a longo prazo	14.038	13.423	8.593	8.336	
Outros obrigações			8.593	8.336	
Fiscais e previdenciárias			(Nota 9) 8.593	8.336	
Reservas de lucros			(Nota 11) 169.265	150.524	
Lucros acumulados			100.000	100.000	
TOTAL	844.068	992.873	844.068	992.873	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014							
<i>(em milhares de Reais)</i>							
	Capital	Reserva de capital	Legal	Reservas de lucros Estatutárias	Especiais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	100.000	19.735	18.784	-	11.921	-	150.440
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	12.005	12.005
Destinação:							
Distribuição de dividendos adicionais - R\$ 0,93 por ação	(Nota 11) -	-	-	-	(11.921)	-	(11.921)
Saldos em 30 de junho de 2014	100.000	19.735	18.784	-	-	12.005	150.524
Saldos em 31 de dezembro de 2014	100.000	19.735	19.615	-	11.834	-	151.184
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	14.136	14.136
Destinação:							
Reservas estatutárias	(Nota 11) -	-	-	11.834	(11.834)	-	-
Alocação dos dividendos mínimos obrigatórios de 2014 não distribuídos	(Nota 11) -	-	-	3.945	-	-	3.945
Reservas de capital	(Nota 11) -	(19.322)	-	-	19.322	-	-
Saldos em 30 de junho de 2015	100.000	413	19.615	15.779	19.322	14.136	169.265

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") foi constituída em 25 de maio de 1998, sob a forma de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários.

As suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de entidades que atuam integralmente no mercado financeiro, utilizando-se da estrutura administrativa e operacional do Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Controladora").

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Corretora foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas estimativas e premissas foram consideradas principalmente na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na determinação do prazo de realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

O CMN, através da Resolução nº 4.144 de 27 de setembro de 2012, aprovou o CPC 00 (R1) Pronunciamento Conceitual Básico que dispõe sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos foram homologados pelo CMN. Desta forma, a Corretora, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos homologados pelo CMN:

- (a) CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (b) CPC 03 (R2) - Demonstrações dos fluxos de caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (c) CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (d) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
- (e) CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
- (f) CPC 24 - Evento Subsequente - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- (g) CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (h) CPC 33 - Benefícios a Empregados - homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15 - Esse pronunciamento é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2016. O Banco está avaliando o impacto da adoção do CPC33.

Para fins de comparabilidade das demonstrações financeiras, foram efetuadas as seguintes reclassificações nos saldos de 30 de junho de 2014: (i) saldo de depósitos judiciais em garantia no montante de R\$ 13.149 de ativo circulante para ativo realizável a longo prazo.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão, pela Diretoria, em 26 de agosto de 2015.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais, que é moeda funcional da Corretora.

3.2. O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas pelo método exponencial.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.4. As aplicações interfinanceiras de liquidez são avaliadas pelo custo de aquisição, atualizado pelas rendas auferidas até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

3.5. As operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros, por conta de clientes, são registradas pelos seus valores de liquidação.

3.6. A apuração das bases de cálculo tributáveis do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro foi efetuada tomando-se por base a legislação fiscal vigente para o período-base. As alíquotas aplicadas sobre as bases de cálculo apuradas pelo lucro real são: imposto de renda 15%, com adicional de 10% sobre o lucro excedente a determinados limites e contribuição social de 15%.

3.7. A Corretora adotou o procedimento de reconhecer os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias, contabilizado em "Outros Créditos - Diversos". O efeito líquido de suas movimentações no período foi contabilizado em contrapartida da despesa/receita com imposto de renda e contribuição social. Os créditos tributários foram constituídos baseados em estudo feito pela Administração considerando a expectativa futura de sua realização.

3.8. De acordo com a Circular nº 3.068 do Bacen de 8 de novembro de 2001, e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração. Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "Títulos para negociação", considerando que foram adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado, em que os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.9. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e as obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 do CMN, conforme descrito abaixo:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes - são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de seus consultores jurídicos, for considerada provável a perda de uma ação judicial ou processo administrativo, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes

classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - são registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias", representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão.

3.10. Outros ativos e passivos
Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) incorridos.

3.11. Transações envolvendo pagamento em ações
Funcionários elegíveis (inclusive executivos seniores) do Grupo recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços e são remunerados com base em valores referenciados às ações do Bank of America Corporation, negociadas na New York Stock Exchange (NYSE) sob o código BAC. Dessa forma, os funcionários elegíveis são recompensados com direitos de valorização de ações, os quais somente podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa").

Transações liquidadas com caixa
O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgadas pela NYSE e convertidos para Reais com base na Ptax de três dia úteis anteriores à data da transação. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente.

O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As "Aplicações Interfinanceiras de Liquidez" são representadas da seguinte forma:

	2015		2014	
	Valor de liquidação	Saldo contábil	Valor de liquidação	Saldo contábil
Pré-fixados:				
Aplicações em depósitos interfinanceiros - ligadas	142.072	142.000	129.253	129.200
Total	142.072	142.000	129.253	129.200

Em 30 de junho de 2015, as aplicações possuíam vencimento em 1º de julho de 2015. Em 30 de junho de 2014, as aplicações possuíam vencimento em 1º de julho de 2014.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como "títulos para negociação" são os seguintes:

	(a) Total da carteira por categoria			
	(a.1) Carteira própria			
	2015	2014	2015	2014
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos de renda fixa:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	9.987	9.994	3.453	3.455
Títulos de renda variável:				
Ações de Companhias Abertas	73	49	257	248
Total	10.060	10.043	3.710	3.703
	(a.2) Vinculados à prestação de garantias			
	2015	2014	2015	2014
	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Valor de mercado
Títulos de renda fixa:				
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	27.111	27.126	29.712	29.736
Total	27.111	27.126	29.712	29.736
	(b) Total da carteira por vencimento			
	2015		2014	
	Sem vencimento	Acima de 365 dias	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	37.120	37.120	37.120
Ações de Companhias Abertas	49	-	49	49
Total	49	37.120	37.169	37.169
	2014		2014	
	Sem vencimento	Acima de 365 dias	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	33.191	33.191	33.191
Ações de Companhias Abertas	248	-	248	248
Total	248	33.191	33.439	33.439

As Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT, constantes da carteira de 30 de junho de 2015 e 2014, possuem vencimento em 2017, e encontram-se custodiadas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e foram marcadas a mercado utilizando metodologia interna de precificação, que obedece aos intervalos mínimos e máximos divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

Em 30 de junho de 2015 e 2014, as ações encontravam-se custodiadas na Bolsa de Mercadorias & Futuros - BM&F Bovespa - e foram avaliadas a mercado pela última negociação em bolsa de valores.

6. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

Os saldos dessas contas classificadas em "outros créditos", no ativo circulante, e "outras obrigações", no passivo circulante, são substancialmente compostos por operações de intermediação de negociações de valores mobiliários e ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar.

	2015	2014
Ativo		
Intermediação de negociações de valores mobiliários pendentes de liquidação - Clientes	335.811	84.819
Intermediação de negociações de valores mobiliários pendentes de liquidação - Bovespa	125.405	615.791
Ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros - Clientes	182.832	-
Ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros - BM&F	-	111.089
Total	644.048	811.699

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014			
<i>(em milhares de Reais)</i>			
	2015	2014	
Receitas da intermediação financeira	9.668	7.990	(Nota 13)
Resultado com títulos e valores mobiliários	9.668	7.990	
Resultado bruto da intermediação financeira	9.668	7.990	
Outras receitas/(despesas) operacionais	13.877	11.998	
Receitas de prestação de serviços	(Nota 14) 64.567	71.467	
Despesas de pessoal	(Nota 15) (14.434)	(13.480)	
Outras despesas administrativas	(Nota 16) (27.560)	(38.318)	
Despesas tributárias	(Nota 17) (6.927)	(7.461)	
Outras receitas operacionais	-	55	
Outras despesas operacionais	(1.769)	(265)	
Resultado operacional antes da tributação sobre o lucro	23.545	19.988	
Imposto de renda e contribuição social	(9.409)	(7.983)	(Nota 7)
Provisão para imposto de renda	(4.858)	(4.126)	
Provisão para contribuição social	(2.925)	(2.483)	
Ativo fiscal diferido	(1.626)	(1.374)	
Lucro líquido do semestre	14.136	12.005	
Quantidade de ações - 12.756.775			
Lucro líquido por ação - R\$	1,11	0,94	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa provenientes/(utilizados) nas atividades operacionais	(31.711)	(14.343)
Lucro líquido ajustado	15.567	13.774
Lucro líquido do semestre	14.136	12.005
Ajustes ao lucro líquido:		
Impostos diferidos	(Nota 7) 1.626	1.374
Provisão de contingências e obrigações legais	(Nota 12) (195)	395
Varição de ativos e passivos	(47.278)	(28.117)
(Aumento)/Redução dos títulos e valores mobiliários	(2.089)	12.100
Redução/(Aumento) de outros créditos	104.828	(200.287)
Impostos de renda e contribuição social pagos	(11.584)	(5.390)
(Redução)/Aumento de outras obrigações	(138.433)	165.460
Fluxos de caixa utilizados nas atividades de financiamento	-	(15.894)
Dividendos pagos	(Nota 11) -	(15.894)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(31.711)	(30.237)
No início do semestre	173.888	159.775
No fim do semestre	(Nota 19.3) 142.177	129.538
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(31.711)	(30.237)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

	2015	2014
Passivo		
Intermediação de negociações de valores mobiliários pendentes de liquidação - Clientes	451.171	688.805
Intermediação de negociações de valores mobiliários pendentes de liquidação - Bovespa	525	1.040
Ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros - Clientes	2	20.894
Ativos financeiros a liquidar em bolsas de valores e de mercadorias e futuros - BM&F	182.811	90.185
Total	634.509	800.924

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2015	2014
Depósitos judiciais em garantia (1) (Nota 12)	10.641	10.128
Créditos tributários (2)	6.800	5.963
Imposto de renda e contribuições a compensar	2.862	1.759

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(em milhares de Reais)

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

	2015	2014
Programa de participação nos resultados - curto prazo (1)	5.738	5.706
Outras obrigações sociais e estatutárias (Nota 11)	14	14
Programa de participação nos resultados - longo prazo (2)	664	716
Total	6.416	6.436
Circulante	6.416	6.436

(1) Programa de participação nos resultados baseado em benefício de curto prazo pago em dinheiro.

(2) Planos de remuneração baseados em ações

O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração de longo prazo é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação.

Não há alternativas para pagamento em ações.

Direito de valorização de ações

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três anos a contar a partir do recebimento da gratificação, sendo 33,33% do benefício pago a cada ano. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

O valor contábil do passivo referente às ações em 30 de junho de 2015 corresponde a R\$ 644 (R\$ 716 em 2014). Em 30 de junho de 2015 e de 2014, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível.

Não houve cancelamentos ou alterações nos planos durante 2015 ou 2014.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2015	2014
Provisão para obrigações legais (Nota 12)	8.593	8.336
Provisões para impostos e contribuições sobre o lucro	7.788	6.625
Impostos e contribuições a recolher	4.211	2.699
Provisão para imposto de renda diferido (Nota 7d)	-	10
Total	20.592	17.670
Circulante	11.999	9.334
Exigível a longo prazo	8.593	8.336

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2015	2014
Valores a pagar sociedades ligadas (1)	12.060	16.274
Provisão para pagamentos a efetuar	1.226	1.045
Total	13.286	17.319
Circulante	13.286	17.319

(1) O saldo de "valores a pagar sociedades ligadas" decorre substancialmente dos serviços de infraestrutura técnica e operacional necessárias em negociações com valores mobiliários com o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A., que tem como contrapartida no resultado "Outras despesas administrativas".

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social está representado por 12.756.775 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, que asseguram dividendos anuais de 25% do lucro líquido podendo a Assembleia Geral deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado.

Em Assembleia Geral Ordinária, de 30 de abril de 2014, a Administração deliberou o pagamento de dividendos aos acionistas no montante de R\$ 15.894, sendo R\$ 3.973 referente aos mínimos obrigatórios do exercício de 2013 e R\$ 11.921 referente a dividendos adicionais.

Em atendimento à Resolução 3.605/08 do CMN, o valor de R\$ 19.322 referente à "reserva de capital" foi destinado para a conta de "reserva de lucros - especiais".

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 30 de abril de 2015, a Administração deliberou a criação de nova "reserva de lucros - estatutária" destinada a assegurar a adequação operacional e regulatória da Sociedade, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo a necessidade, para a realização da distribuição de dividendos. A referida "reserva de lucros - estatutária" será constituída mediante à destinação de até 100% dos resultados remanescentes do lucro líquido da Sociedade apurado em cada exercício social, após efetivadas todas as demais deduções legais, e mediante proposta da Administração, sendo certo que o saldo de tal "reserva de lucros - estatutária" não poderá ultrapassar o valor do capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, de 30 de abril de 2015, a Administração aprovou a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios de 2014 não distribuídos, no montante de R\$ 3.945 e a "reserva de lucros - especiais", no montante de R\$ 11.834 para "reserva de lucros - estatutária".

12. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Corretora, na execução de suas atividades normais, encontra-se envolvida em contingências como segue:

(a) **Ativos contingentes:** não foram reconhecidos ativos contingentes e não existem processos classificados como prováveis de realização.

(b) **Provisões constituídas**

Composição dos saldos patrimoniais

	2015	2014
Provisões para obrigações legais e outros passivos contingentes (Nota 9)	8.593	8.336
Depósitos judiciais (Nota 7)	10.641	10.128

Movimentação dos saldos patrimoniais

	2015	2014
Obrigações legais e outros passivos contingentes	8.788	7.941
Constituições/(Baixas)	(195)	395
Saldo final	8.593	8.336

(b.1) **Passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias**
A Corretora é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal, que são classificados de acordo com a sua natureza, como contingências ou obrigações legais. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contesta-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais. São classificadas como obrigação legal as discussões acerca da inconstitucionalidade ou legalidade da exigência de determinado tributo.

(b.1.1) **Obrigações legais**

As obrigações legais fiscais estão registradas na rubrica "fiscais e previdenciárias" e são compostas, principalmente, pela discussão sobre o alargamento da base de PIS/COFINS nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98. Com base em estimativas realizadas pelos advogados externos, a finalização da causa está prevista para ocorrer até dezembro de 2017. Adicionalmente, por representarem obrigações legais, o montante envolvido está integralmente provisionado.

(b.1.2) **Passivos contingentes**

A Corretora também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 47.854 (R\$ 62.897 em 2014) que envolve as seguintes discussões: (i) PIS e COFINS sobre ganhos decorrentes da desmutualização da Bovespa e BM&F, no valor de R\$ 29.817 (R\$ 46.259 em 2014); e (ii) PIS e COFINS sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 18.037 (R\$ 16.638 em 2014).

Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

(b.1.3) **Programa de Parcelamento Incentivado - PPI da Prefeitura do Município de São Paulo**

Em decorrência da abertura do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI pelo Município de São Paulo, a Corretora aderiu em 14 de abril de 2015 ao referido programa nos termos da Lei nº 16.097/14 (regulamentada pelo Decreto nº 55.828/15). O processo judicial e administrativo objeto desse parcelamento refere-se à discussão do ISS sobre receitas de corretagem na BM&F. A adesão à essa discussão foi total, sendo certo que os valores devidos após o cômputo dos benefícios foram pagos nos termos desta Lei e aguardam consolidação dos débitos por parte da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Município de São Paulo. O impacto gerado no resultado com a adesão ao programa no primeiro semestre de 2015 foi de R\$ 467 e encontra-se registrado na rubrica "Outras despesas operacionais".

13. RECEITA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2015	2014
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 18b)	8.023	6.204
Rendas de títulos e valores mobiliários	2.143	2.190
Ganhos/(perdas) líquidas realizadas com títulos e valores mobiliários	(467)	(364)
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	(31)	(40)
Total	9.668	7.990

14. RECEITA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2015	2014
Receitas de corretagens	64.567	71.467
Total	64.567	71.467

Referem-se às receitas de corretagens na intermediação de operações nas bolsas de valores mobiliários e de futuros.

15. DESPESA DE PESSOAL

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2015	2014
Remuneração direta	(9.710)	(10.490)
Custos previdenciários	(3.956)	(2.504)
Benefícios	(714)	(472)
Outras despesas de pessoal	(54)	(14)
Total	(14.434)	(13.480)

16. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2015	2014
Despesas de infraestrutura e serviços (1)	(24.062)	(35.615)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(1.549)	(1.001)
Tecnologia e sistemas	(1.004)	(581)
Outras despesas administrativas	(424)	(521)
Despesas de viagem	(255)	(159)
Despesas com serviços técnicos prestados por terceiros	(172)	(365)
Publicidade e publicações	(94)	(76)
Total	(27.560)	(38.318)

(1) As despesas de infraestrutura e serviços decorrem substancialmente dos serviços de infraestrutura técnica e operacional necessárias em negociações com valores mobiliários com o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. (Nota 18).

17. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	2015	2014
Impostos sobre Serviços - ISS	(3.228)	(3.573)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(2.990)	(3.198)
Programas de Integração Social - PIS	(486)	(520)
Outras despesas tributárias	(223)	(170)
Total	(6.927)	(7.461)

18. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) **Saldos do final do semestre mantidos em balanço junto à Controladora**

Tipo de operação	Vencimento	Taxa (a.a.)	2015	2014
Ativos				
Disponibilidades			176	336
Aplicações interfinanceiras de liquidez	02/01/2015	10,97%	142.000	-
	02/01/2014	10,80%	-	129.200
Negociação e intermediação de valores	03/07/2015		40.885	-
Total ativos			183.061	129.536
Passivos				
Negociação e intermediação de valores	03/07/2014		-	(20.894)
Valores a pagar a sociedades ligadas	03/07/2015		(12.060)	-
	03/07/2014		-	(16.274)
Total passivos			(12.060)	(37.168)

(b) **Saldos do final do semestre apresentados no resultado decorrentes de operações junto à Controladora**

Tipo de operação	2015	2014
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 13)	8.023	6.204
Receitas de prestação de serviços	969	5.661
Outras despesas administrativas (Nota 16)	(24.062)	(35.615)

(c) **Saldos do final do semestre mantidos em balanço junto às Partes Relacionadas não Controladoras**

Tipo de operação	Vencimento	2015	2014
Ativos			
Negociação e intermediação de valores	03/07/2015	142.786	-
	03/07/2014	-	18.093
Total ativos		142.786	18.093
Passivos			
Dividendos a pagar		(14)	(14)
Negociação e intermediação de valores	03/07/2015	(264.517)	-
	03/07/2014	-	(12.600)
Total passivos		(264.517)	(12.614)

(d) **Saldos do final do semestre apresentados no resultado decorrentes de operações junto às Partes Relacionadas não Controladoras**

Tipo de operação	2015	2014
Receitas de prestação de serviços	14.419	11.295
As operações efetuadas com empresas do grupo foram realizadas com base em condições usualmente praticadas no mercado, levando-se em conta a redução de riscos.		

(e) **Remuneração do pessoal-chave da Administração**

As despesas com remuneração do pessoal-chave da Administração do grupo Bank of America Merrill Lynch no Brasil estão demonstradas a seguir:

	2015	2014
Participação nos lucros e gratificações	12.886	10.388
Plano de benefícios de longo prazo	12.160	4.892
Salários e benefícios	8.142	6.205
Encargos e multa rescisória	5.842	6.108
Previdência privada	295	386
Total	39.325	27.979

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

19.1. Em 30 de junho de 2015 e de 2014 não existiam posições em aberto, carteira própria, no mercado de derivativos.

19.2. A Lei nº 12.973/14, resultante da conversão da Medida Provisória nº 627/13, alterou diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais se incluem (i) a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos

em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e (ii) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas.

A referida Lei produziu efeitos, de forma obrigatória, a partir do exercício de 2015. A Administração não optou pela antecipação dos seus efeitos.

19.3. Para fins da demonstração de fluxos de caixa, o valor de caixa e equivalentes de caixa é composto pelo seguinte:

	2015	2014
Depósitos bancários	177	338
Aplicações em depósitos interfinanceiros	142.000	129.200
Total	142.177	129.538

19.4. Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. A Corretora aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas à MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

19.5. Gestão de Risco - É um processo contínuo, permanentemente revisado, servindo de base nas decisões do Conglomerado, abrangendo:

Risco de Crédito: O Conglomerado Bank of America Merrill Lynch possui e segue Políticas de Risco de Crédito globais do Bank of America Merrill Lynch e também Política de Risco de Crédito local, que definem a abordagem de alto nível para gestão de riscos e controles de risco de crédito a serem utilizados, visando limitar e monitorar exposição às contrapartes e aos grupos econômicos, atendendo dispositivos regulatórios, em especial a Resolução nº 3.721/09 do Bacen. O departamento de crédito do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch, trabalhando com as funções de Gestão de Risco Global, avalia a qualidade de crédito dos clientes individuais existentes e potenciais, as contrapartes institucionais e emittentes, e determina níveis de risco de crédito. Este departamento revisa e monitora operações específicas, a carteira de crédito de forma geral e outras concentrações de risco. Também é responsável pelo monitoramento contínuo da qualidade do crédito e do cumprimento dos limites estabelecidos e trabalha ativamente com todas as unidades de negócio do Grupo para gerenciar e mitigar o risco de crédito. O departamento de crédito utiliza uma variedade de metodologias para estipular limites de exposição e perda potencial resultante de um indivíduo, contraparte ou emittente não cumprir suas obrigações contratuais. O departamento de crédito realiza revisões periódicas da carteira, monitora a capacidade financeira da contraparte e avalia os riscos potenciais de transação visando a identificação prévia de problemas e a necessidade de mitigação de risco em exposições que se tornaram inaceitáveis. O departamento de crédito revisa tendências industriais, regionais e econômicas globais e incorpora os efeitos de concentração da carteira ao determinar níveis de tolerância. O departamento também reporta regularmente sobre esta atividade e fornece as revisões detalhadas da carteira de crédito para o Comitê de Risco de Crédito. A Política de Risco de Crédito local atribui ao Comitê de Risco de Crédito a função de aprovar e fiscalizar as políticas, os processos, os sistemas, os controles e os limites locais de modo a propiciar adequada estrutura para uma gestão satisfatória do risco de crédito. Decisões com impactos relevantes sobre o gerenciamento do risco de crédito devem ser discutidas pelo Comitê de Risco de Crédito. O Comitê de Risco de Crédito é presidido pelo Diretor de Risco de Crédito com membros oriundos da alta administração do Grupo, negócios, controle e unidades de suporte.

Risco Operacional: O Conglomerado Bank of America Merrill Lynch possui uma estrutura local consolidada, para o gerenciamento do risco operacional de suas atividades de negócio no país, visando aumentar sua eficiência operacional e atender dispositivos regulatórios, em especial a Resolução nº 3.380/06 do Bacen. A área de Gestão de Risco Operacional é responsável por desenvolver e implementar políticas, processos, procedimentos e ferramentas para a identificação, avaliação, controle, monitoramento e mitigação dos riscos operacionais relevantes nas entidades locais e em suas linhas de negócio. A Administração do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch participa ativamente no processo de gestão de riscos operacionais, por meio do Comitê de Riscos monitorando regularmente o perfil de risco e assegurando a implementação tempestiva de ações para reduzir exposições a perdas operacionais materiais. O relatório contendo a descrição detalhada da estrutura de gestão de riscos operacionais do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch encontra-se disponível ao público.

Risco de Mercado: A estrutura local do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch possui controles capazes de medir, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado para todas as operações realizadas pela instituição conforme disposto na Resolução nº 3.464/07 e na Circular nº 3.365/07, do Bacen. O Conglomerado Bank of America Merrill Lynch dispõe de relatórios e políticas locais que atendem aos aspectos requeridos pelo Bacen e que garantem a correta captura e mensuração dos riscos de mercado. A instituição possui um Comitê de Ativos, Passivos e Gerenciamento de Riscos que se reúne mensalmente com os objetivos de deliberar sobre o cumprimento das políticas de Risco de Mercado, definir e monitorar os limites de risco de mercado e de alocação de capital tanto para operações classificadas na carteira de negociação quanto para operações classificadas na carteira de não-negociação. O Comitê tem também a função de monitorar a evolução das transações financeiras descritas no balanço do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch e de medir a eficiência das unidades de negócios de acordo com sua estratégia e alocação de capital, dando suporte ao crescimento do negócio através do gerenciamento das atividades e suas estratégias, cumprindo todos os aspectos regulatórios.

Risco de Liquidez: O Conglomerado Bank of America Merrill Lynch define esse risco como a capacidade financeira de uma instituição em honrar compromissos de curto, médio ou longo prazo, ser afetada em decorrência de insuficientes e/ou inadequadas fontes de recursos para cumprir obrigações de passivos exigíveis. Um gerenciamento contínuo e eficiente do Risco de Liquidez propicia à instituição a habilidade de cumprir com suas obrigações de fluxo de caixa, que apresentam um fator de incerteza uma vez que são afetadas por eventos externos muitas vezes não esperados ou razoavelmente estimados. Para um adequado gerenciamento do Risco de Liquidez, o Conglomerado Bank of America Merrill Lynch garante a existência de uma robusta estrutura incluindo: controle e monitoramento das transações financeiras da instituição, análise contínua dos impactos de liquidez no fluxo de caixa decorrente de eventos externos, elaboração de cenários de estresse contemplando uma gama razoável de combinação de fatores de risco e variáveis de mercado, avaliação periódica quanto a qualidade e liquidez dos ativos, planos de contingência e instrumentos de captação entre outros.

19.6. A partir de 31 de dezembro de 2012, foi implementada a estrutura de Gestão de Capital do Conglomerado Bank of America Merrill Lynch, que consolida de forma estruturada as ações implementadas para fins de gestão de capital regulatório de acordo com as determinações do CMN, Resolução nº 3.988/11. A estrutura de gestão de capital fornece uma previsão confiável da suficiência do capital regulatório disponível tendo em vista os objetivos estratégicos, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gerência executiva. Essas informações encontram-se disponível no endereço eletrônico do Banco (Nota 19.7).

19.7. As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas à gestão de risco referente ao Pilar 3 de Basileia III, encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<http://www.merrilllynch-brasil.com.br/>).

DIRETORIA

RICARDO KENJI MUKAI
Contador - 1SP233986/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Bank of America Merrill Lynch zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do período foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

• Revisão das demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2015;

- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das auditorias independente e interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações feitas pelos auditores independentes e internos;
- Avaliação sobre os registros de eventos de risco operacional na instituição. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das auditorias, internas e independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Bank of America Merrill Lynch.

São Paulo, 26 de agosto de 2015.